

MARINHA DO BRASIL
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO

SÃO PAULO, SP.
Em 25 de junho de 2018.

NORTEMSP Nº 30-03

Assunto: Segurança e Saúde do Trabalho (SST) para empresa contratada e/ou suas subcontratadas

Referência: Portaria Nº 3214/MTE, de 08JUN1978.

Anexo: Documentos de SST requeridos da empresa contratada e suas subcontratadas.

1 - PROPÓSITO

Estabelecer diretrizes de ordem administrativa para o cumprimento das Legislações e Normas vigentes de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) e implementação de medidas de prevenção de acidentes do trabalho por parte das empresas contratadas e suas subcontratadas, na prestação de serviços, em conformidade com a Portaria em referência.

2 - NORMAS DE PROCEDIMENTO DE SST

2.1 - As empresas contratadas e/ou subcontratadas, ao assinarem contrato com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) ou com as OM subordinadas (DDNM, CDS, CCEMSP, CINA e/ou BtlDefNBQR-ARAMAR), obrigam-se a dar fiel cumprimento integral às Legislações e Normas vigentes de SST, bem como, a permitir o CTMSP, por meio do Departamento de Engenharia de Segurança do Trabalho (DEST), manter a fiscalização e a verificação quanto à observância e ao cumprimento dos requisitos de SST, no âmbito deste Centro e de suas OM subordinadas.

2.2 - Competem aos Gestores e Fiscais de Contratos do CTMSP e de suas OM Subordinadas com a participação do DEST adotarem as providências necessárias para o acompanhamento e o cumprimento pelas empresas contratadas e subcontratadas, das medidas de SST.

2.3 - Antes de iniciar as atividades, a empresa contratada e/ou suas subcontratadas devem encaminhar ao DEST os documentos necessários de SST, conforme descrito no Anexo.

2.4 - O CTMSP e/ou suas OM subordinadas se reservam ao direito de apresentar outras exigências inerentes à SST, sempre que julgarem necessário, visando à proteção das pessoas e instalações.

2.5 - A empresa contratada e/ou suas subcontratadas obrigam-se, perante o CTMSP e/ou suas OM subordinadas, proverem os meios e recursos para cumprir o estabelecido nas normas e legislações de SST em vigor, principalmente, as Normas Regulamentadoras (NR) do MTE.

2.6 - Após assinatura do contrato e antes do início da prestação de serviços, a empresa contratada e/ou suas subcontratadas devem apresentar ao DEST o preposto da empresa ou o seu responsável designado pelos assuntos relacionados à SST, a fim de estabelecer as precauções necessárias para a execução dos serviços no CTMSP e/ou em suas OM subordinadas, incluindo palestra de integração para seus empregados.

2.7 - O DEST, no desempenho de suas atribuições, deve realizar inspeções periódicas no canteiro de obra da empresa contratada e/ou de suas subcontratadas, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais e normativas de SST.

2.8 - A Contratada e/ou suas subcontratadas devem acatar as recomendações e observações do DEST, decorrentes das inspeções rotineiras, e sanar as irregularidades apontadas, sob pena de paralisação das atividades, por intermédio do Gestor ou Fiscal do contrato. O DEST, assim como o Gestor ou Fiscal do contrato, podem suspender qualquer atividade, no qual se evidencie risco grave e iminente de acidente.

2.9 - Sempre que houver acidente, principalmente envolvendo pessoas, nas dependências do CTMSP e/ou de suas OM subordinadas, o DEST deve ser informado, de imediato, para investigação e apuração dos fatos.

2.10 - O DEST deve comunicar todos os acidentes à Superintendência da Qualidade e Segurança Nuclear, o qual deve participar ao Diretor do CTMSP, para que decida pela instauração ou não de sindicância.

3 - INFORMAÇÕES GERAIS

3.1 - A prestação de serviço e atividade específica só pode ser iniciada, após os documentos serem aceitos pelo DEST;

3.2 - A Contratada deve manter cópia dos documentos no canteiro de obra;

3.3 - A Contratada deve receber palestra de integração no CTMSP, antes do início das atividades; e

3.4 - A contratada, em função da legislação e norma em vigor, deve alocar engenheiro/técnico de segurança, permanentemente, no local de prestação de serviço e deve constituir CIPA.

4 - RECOMENDAÇÕES AOS GERENTES E/OU CHEFES DE UO

4.1 - Nenhuma empresa contratada deve iniciar ou reiniciar atividades sem a devida liberação e comprovação da documentação relativa à SST pelo DEST;

4.2 - Independentemente do que é exigido pela Norma Regulamentadora do MTE (NR-04), requerer em contrato a alocação de engenheiros/técnicos de segurança do trabalho, permanentemente, no local da prestação de serviço;

4.3 - Para agilizar o processo de aceitação dos documentos de SST, enviá-los para análise, primeiramente, em arquivo eletrônico e, após aceitação pelo DEST, encaminhá-los na forma impressa; e

4.4 - A contratada deve prover comprovação de qualificação de seus funcionários quanto as suas funções, e práticas e procedimentos de SST. Assim sendo, incluir cláusula contratual, neste sentido, e supervisionar, com apoio do DEST, para que a mesma seja cumprida, durante a execução do contrato.

5 - VIGÊNCIA

Esta NORTEMSP entra em vigor na data de sua publicação.

SYDNEY DOS SANTOS NEVES

Vice-Almirante (EN)

Diretor

PAULO FARINA

Capitão-Tenente(T)

Assistente

AUTENTICADO DIGITALMENTE

Distribuição:

BtlDefNBQR-ARAMAR

CCEMSP

CDS

CINA

DDNM

CTMSP-09

CTMSP-10

CTMSP-20

CTMSP-30

CTMSP-40

SUPERINTENDÊNCIA DA QUALIDADE E SEGURANÇA NUCLEAR

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Documentos de Segurança e Saúde do Trabalho (SST)

1 - Documentos relativos à SST exigidos pela legislação e normas em vigor a serem requeridos em Contrato, pelo Gestor responsável pelo Contrato ou Chefe da UO contratante, e fornecidos ao Departamento de Engenharia de Segurança do Trabalho do CTMSP (DEST) para análise e aceitação, em função da prestação dos serviços e atividades realizadas pela empresa contratada e suas subcontratadas. Em função dos serviços e atividades contratadas, o DEST pode requerer documentos complementares relativos à SST.

1.1 - Documentos a serem fornecidos e aceitos pelo DEST, antes do início da prestação de serviço:

- a) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), deve obedecer aos requisitos mínimos conforme a NR-07 e, em caso de atividades específicas (ver item 1.1. g), abaixo), deve constar no ASO a liberação do trabalhador;
- b) Ordem de Serviço – conforme a NR-01;
- c) Ficha de entrega de EPI – conforme a NR-06;
- d) CNH dos condutores de veículos (carro, *pickup*, caminhonete e caminhão);
- e) Certificados de operadores de máquinas e equipamentos, conforme NR-12;
- f) Comprovante de Treinamento Integração Admissional: NR 18.28; e
- g) Certificados de treinamento para atividades específicas (NR-10, NR-33, NR-35, Cargas Perigosas, etc.).

1.2 - Documentos a serem fornecidos e aceitos pelo DEST, antes do início da prestação de serviço, e que podem ser ajustados, em função da particularidade das atividades:

- a) PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) referente ao local da prestação de serviço, conforme NR-09 – Portaria 3.214/78. (Exceto Construção Civil);
- b) PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) referente ao local da prestação de serviço, conforme NR-18 – Portaria 3.214/78. (Somente Construção Civil);
- c) PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) referente ao local da prestação de serviço, conforme NR-07 – Portaria 3.214/78; e
- d) Comprovante de treinamento da CIPA, conforme NR-05.

1.3 - Documentos a serem fornecidos e aceitos pelo DEST, durante a prestação de serviço e antes do início de uma atividade específica:

- a) Permissão de Trabalho (PT);
- b) Permissão de Entrada e Trabalho (PET);
- c) Análise Preliminar de Risco (APR);
- d) *Checklist* (Máquinas, Equipamentos, Ferramentas); e
- e) Dialogo Diário de Segurança (DDS).

Caso a Contratada e suas subcontratadas não possuam modelos de formulários próprios, com relação a esses documentos, os mesmos podem ser solicitados ao DEST.

1.4 - Documentos a serem fornecidos devem estar dentro do período de validade e atualizados, durante a prestação de serviço. Periodicidade da validade dos documentos:

- a) ASO – 1 ano;
- b) Ficha de entrega de EPI – 6 meses;
- c) CNH – validade da carteira;
- d) Certificados válidos de operadores de máquinas e equipamentos – validade do certificado;
- e) Certificados válidos de treinamento para atividades específicas – validade do certificado;
- f) PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) – 1 ano;
- g) PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) – 1 ano;
- h) PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) – 1 ano; e
- i) Comprovante de treinamento da CIPA – validade do curso.

DIRCEU PAULO DE OLIVEIRA
Superintendente da Qualidade e Segurança Nuclear
ASSINADO DIGITALMENTE